

MARIADITA
JAGUARIÚNA

REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS
URBANOS E RURAIS

- HABITE-SE (19) 99215-4852
- INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO (19) 99184-6967
- CAR - CCIR - INCRA

Dr. Caius Godoy (Dr. da Roça) agora aqui todas as semanas



Aos que ainda não me conhecem, meu nome é Caius Godoy, advogado e administrador de empresas com atuação exclusiva no agronegócio. De uma família de produtores rurais do interior de São Paulo, a querida Duartina, tento através do meu trabalho levar informações para dentro da porteira, sendo elas envolvendo o Direito, ou não. Hoje tenho escritório nas cidades de Campinas e Jaguariúna e com muito orgulho sou conhecido e chamado carinhosamente pelos meus amigos e clientes, como o Dr. da Roça. Espero que gostem da minha coluna semanalmente falando sobre o mundo agro e agradeço pela oportunidade do Grupo O Regional de comunicação.

E como sempre finalizo, tchaaaau obrigado!!

Fim de ano e fogos de artifício: dicas para preparar e proteger os animais



Médica-veterinária orienta sobre medidas e medicamentos que podem amenizar os danos das celebrações para os pets

Embora a soltura de fogos de artifício com barulhos seja proibida em diversas cidades brasileiras, a regra não é cumprida por todos. Então, vale imaginarmos como seria repentinamente escutar ruídos dos fogos de artifício quatro vezes mais alto do que ouvimos, acompanhados de iluminação forte e agitação de pessoas, sem entender do que se trata. E assim que as celebrações de fim de ano são percebidas pelos pets e, por isso, a conscientização e a prevenção são fundamentais.

Os animais de estimação possuem uma audição muito mais sensível. Cães conseguem captar sons em frequências de até 60.000 Hz, enquanto gatos chegam a 85.000 Hz, muito superiores aos 20.000 Hz que o ouvido humano pode perceber. Essa capacidade auditiva ampliada faz com que os estrondos dos fogos sejam assustadores, podendo causar desde medo, traumas, posturas agressivas, tentativas de fuga até laceração dos tímpanos, ataque cardíaco, desmaios, automutilações, convulsões ou, mesmo, a morte em animais mais sensíveis ou com comorbidades.

Preparativos

Segundo a médica-veterinária e consultora da rede de farmácias de manipulação veterinária DrogaVET, Farah de Andrade, quanto antes tomarmos medidas preventivas, melhores os resultados. A dessensibilização dos animais habituando-os a ouvir ruídos de fogos enquanto participam de uma brincadeira ou recebem carinho e petiscos é uma forma de associarem o som alto a bons momentos, contribuindo com a prevenção de respostas exacerbadas.

Uma consulta antecipada ao médico-veterinário também é essencial para avaliar as condições clínicas, a ansiedade, o medo e o estresse do animal. Em muitos casos, é recomendado o uso de medicamentos para preparar o pet e proporcionar maior tranquilidade. Florais de Bach, nutracêuticos e fitoterápicos, como valeriana, kawa-kawa, passiflora, L-tryptofano e melatonina são algumas opções naturais para a prevenção e podem ser manipuladas em formas farmacêuticas flavorizadas que auxiliam a administração.

"Medicar um animal nem sempre é uma tarefa fácil, especialmente os gatos. Por isso, a manipulação de medicamentos com formas farmacêuticas como glóbulos, biscoitos ou molhos, em sabores como bacon, leite condensado ou frango facilitam a aceitação do pet e reduzem o estresse de medicar", argumenta Farah.

A veterinária lembra ainda que para animais com alto grau de ansiedade ou com saúde debilitada, pode ser necessária a administração de medicamentos de uso controlado. "Esse tipo de medicamento só pode ser prescrito por um médico-veterinário. O tutor nunca deve administrar doses menores de seus próprios medicamentos para o pet. Embora alguns princípios ativos sejam comuns aos animais e aos humanos, a indicação é muito específica e a dose, muito diferente. Esse é outro motivo para optar pela manipulação de medicamentos veterinários: a dose é exata para o peso do

animal e a quantidade específica para o tratamento, uma segurança a mais para pets e tutores", esclarece Farah.

Como proteger os pets durante a soltura de fogos de artifício

Administre os medicamentos conforme a prescrição médica. Mantenha o pet dentro de casa, pois será mais difícil escapar e ficará mais tranquilo ao se sentir próximo do tutor. Fechar portas, janelas e cortinas, ajudará a abafar o som e criará a sensação de segurança. Escolha um ambiente tranquilo da casa onde o pet possa se sentir seguro e inclua objetos familiares, como caminhas, brinquedos e roupas com o cheiro do tutor.

Ligue a TV, rádio ou músicas relaxantes para disfarçar o som dos fogos. Utilize essências ou difusores de feromônios, que ajudam a criar um ambiente mais calmo. Se possível, permaneça com o pet e demonstre tranquilidade durante os estrondos, isso o deixará mais seguro e confortável.

Outros riscos do fim de ano: confraternizações, decoração e alimentação típicas das festas de fim de ano também representam riscos aos pets. Visitas frequentes e festas em casa geralmente causam estresse aos animais, que podem se sentir acudados ou ameaçados. Enfeites como fios de luz, bolinhas de árvore de Natal e plantas como a flor-de-natal (tóxica para animais) podem ser ingeridas acidentalmente e causar intoxicação, choques, obstrução ou perfuração de órgãos internos.

O cardápio diferenciado dos tutores também oferece risco, caso seja ingerido pelos pets. As tão comentadas uvas-passas, presentes em diversos pratos, e as uvas, que compõem as mesas e os rituais de fim de ano podem causar insuficiência renal aguda em cães e gatos, assim como a carambola, que tem alto teor de ácido oxálico, prejudicial aos rins. Condimentos e temperos, como cebola e alho, por exemplo, contêm dissulfetos e tiossulfatos, que podem causar danos aos glóbulos vermelhos dos animais, levando a uma anemia hemolítica. Espinhas de peixe e ossos oferecem risco de gerar uma obstrução intestinal. Doces, bolachas, rabanada, panetones e chocotones são ricos em gordura, carboidratos e açúcar, além do chocolate dos chocotones, extremamente tóxico para cães e gatos.

A importância da conscientização
Muitas consequências negativas podem ser evitadas com medidas simples, mas que exigem planejamento e atenção. Para auxiliar na conscientização dos tutores, a DrogaVET lançou um e-book gratuito com dicas práticas para o fim de ano, que pode ser acessado pelo link: <https://encurtador.com.br/FxBH0>

Sobre a DrogaVET
A DrogaVET está sempre em busca de soluções no segmento de manipulação veterinária, respeitando integralmente todos os princípios éticos que regem a produção de medicamentos e a sua aplicabilidade em animais. Pioneira no segmento de farmácias de manipulação, a rede, que surgiu em 2004, já conta com mais de 100 unidades no Brasil, unindo tecnologia, inovação e o conhecimento de uma equipe altamente especializada de farmacêuticos e veterinários. Mais informações no site www.drogavet.com.br.

A liberdade religiosa e as celebrações de natal em espaços públicos

A liberdade religiosa é um dos pilares fundamentais das democracias contemporâneas e encontra respaldo tanto em documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, quanto em legislações nacionais, como a Constituição Federal brasileira. Esse princípio assegura o direito de professar, manifestar, praticar e disseminar crenças religiosas, assim como o direito de não aderir a nenhuma religião. Entretanto, sua aplicação em contextos práticos, como as celebrações de Natal em espaços públicos, frequentemente suscita debates jurídicos e sociais.

No Brasil, o Natal, embora tenha uma origem essencialmente cristã, se consolidou como uma tradição cultural e um feriado nacional. Decorações natalinas, como árvores, presépios e iluminações, são frequentemente vistas em praças, repartições públicas e outros locais de uso coletivo. Essa prática, entretanto, levanta questionamentos quanto à laicidade do Estado, princípio consagrado no artigo 19 da Constituição Federal, que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer ou subvencionar cultos religiosos.

O primeiro ponto a ser destacado é que a exibição de símbolos natalinos em espaços públicos não configura, por si só, violação à laicidade do Estado. A jurisprudência brasileira tende a considerar essas práticas como expressões culturais que transcendem o âmbito estritamente religioso. O Supremo Tribunal Federal (STF) tem reafirmado que o Estado laico não é sinônimo de Estado antirreligioso, mas sim de neutralidade e pluralismo. Portanto, manifestações que reflitam tradições culturais amplamente compartilhadas pela sociedade, desde que não imponham determinada crença ou discriminem

outros grupos, são compatíveis com a laicidade.

Contudo, a implementação dessas celebrações deve observar alguns parâmetros para garantir o respeito à diversidade religiosa. Em primeiro lugar, a utilização de recursos públicos para promover tais eventos deve ser justificada como um interesse público, com ênfase no caráter cultural e inclusivo das manifestações. Além disso, é essencial assegurar que outros grupos religiosos tenham igual oportunidade de expressar suas tradições, caso queiram, em espaços semelhantes.

Outro aspecto relevante é a necessidade de preservar a liberdade de consciência de indivíduos que não se identifiquem com a tradição cristã ou que optem por não celebrar o Natal. Isso significa que participações em eventos de caráter religioso ou cultural devem ser voluntárias, tanto no ambiente escolar quanto em órgãos públicos.

Por fim, o desafio reside em equilibrar a celebração de tradições amplamente difundidas com o respeito à pluralidade que caracteriza a sociedade brasileira. Cabe ao jurista, ao gestor público e à sociedade como um todo promover um diálogo que concilie liberdade religiosa, laicidade e inclusão, assegurando que os espaços públicos sejam verdadeiramente democráticos e representativos.

Em suma, as celebrações de Natal em espaços públicos devem ser vistas sob a perspectiva de um Estado laico que respeita e promove a diversidade. A chave para evitar conflitos está no tratamento equitativo de todas as manifestações culturais e religiosas, garantindo que nenhuma crença seja privilegiada em detrimento de outras. Assim, o Natal pode continuar sendo uma celebração inclusiva, que une os brasileiros em torno de valores como solidariedade e paz.

AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo



Isenção IPVA

A União da Indústria da Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA) comemorou a decisão da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) em aprovar, o Projeto de Lei 1510/23, que isenta do IPVA, pelo período de dois anos (2025/2026), carros híbridos flex movidos a etanol e a hidrogênio. A proposta, de autoria do governo do Estado, reforça o compromisso assumido pelo governador Tarcísio de Freitas e o secretário de Agricultura, Guilherme Piai, em fortalecer a produção paulista de biocombustíveis e bioenergia.

ETANOL ...

Pesquisas realizadas pela indústria automotiva mostram que o motor flex, quando abastecido 100% com etanol, tem índices de emissão inferiores aos carros elétricos europeus. Na prática, os veículos híbridos flex movidos a etanol tornam-se os carros mais limpos do mundo.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Com a produção global crescendo 50% na última década, os biocombustíveis líquidos continuam a se estabelecer como uma ferramenta fundamental para a transição energética, revela um novo documento publicado pelo Instituto Interamericano de Cooperação sobre Agricultura (IICA). Esta é a edição 2023-2024 do Atlas de Biocombustíveis Líquidos, um relatório completo produzido pelo IICA com os principais dados do setor, que demonstra que dois países das Américas - os Estados Unidos e o Brasil - são os principais produtores do mundo, com 42% e 24% do total, respectivamente.

COMPETITIVIDADE

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, participou, em Brasília, da primeira edição do evento Agro Horizonte, promovido pela Globo Rural, com patrocínio da Corteva Agriscience. Em sua fala, Fávaro destacou que "... chegamos a um momento em que o mundo, às vezes, se amedronta com a capacidade de produção brasileira. Os produtores no Brasil enfrentam tantas dificuldades, regras, restrições, e, ainda assim, são os mais competitivos em preço, qualidade e tecnologia", destacou.

SETOR AGROPECUÁRIO

O Plenário do Senado Federal aprovou, dia 12, por 49 votos a favor e 19 contrários, o Projeto de Lei Complementar 68/2024 que regulamenta a Reforma Tributária. O texto definiu as regras para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). Os pleitos defendidos pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) conquistados na Câmara foram mantidos na Casa Alta.

PREMIAÇÃO

O presidente do Sistema Faesp/Senar-SP, Tirso Meirelles, recebeu o prêmio de Líder da Agricultura e Pecuária do ano, no Brasil Awards Acontece 2024, em Ribeirão Preto. Além do presidente da Faesp e da vice-presidente da Comissão Semeadoras do Agro, a cerimônia de premiação reconheceu também políticos e empresários de outros segmentos. Durante a entrega, Meirelles disse; "... temos aqui 66% de terras que permanecem como reservas florestais, com 41% desse total mantido por produtores rurais. Essas áreas, se monetizadas, representariam 1 trilhão de dólares. Isso é uma demonstração clara do compromisso do Brasil com a preservação ambiental e a sustentabilidade", afirmou.

UE - IMPORTAÇÕES AGRÍCOLAS

O acordo de parceria entre o Mercosul e a União Europeia foi publicado, dia 10, pelo governo federal marcando o fim das negociações que se arrastaram por dois anos de intensas tratativas. O documento é composto por 20 capítulos e conta com uma forte presença de cláusulas ligadas à sustentabilidade e ao meio ambiente. Este é o maior acordo já firmado pelo Mercosul, onde os dois blocos aglomeram cerca de R\$ 718 milhões de pessoas e economias que, juntas, somam aproximadamente US\$ 22 trilhões de dólares. São mais de 27 países do mundo.

GRÃOS - SAFRA 2024/25

A estimativa para a safra 2024/25 é de uma produção de 322,4 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 8,2%, ou seja, 24,5 milhões de toneladas superior ao volume obtido no ciclo 2023/24. Caso o resultado seja confirmado, esta será a maior safra registrada na série histórica da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Já com relação à área, a expectativa é que sejam semeados 81,39 milhões de hectares na atual safra, somando todos os ciclos de produção, o que corresponde a uma adição de 1,45 milhão de hectares em relação à temporada anterior.

ÍNDIANOS

Empresários e jornalistas da Índia, que integram a missão oficial ao Brasil, se reuniram, dia 9, em São Paulo, com representantes da Crop Life Brasil, que representa 52 empresas dos setores de biotecnologia, defensivos químicos, germoplasma e bioinsumo, e da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), entidade representativa das principais unidades produtoras de açúcar, etanol e bioeletricidade. (Com informações de assessorias)

Mauricio Picazo Galhardo é Jornalista

Estudo revela potencial de método que usa satélites para monitorar integração lavoura-pecuária



Um estudo conduzido na fazenda experimental da Embrapa Pecuária Sul, em Bagé (RS), destacou o potencial do Índice de Vegetação da Diferença Normalizada (NDVI) para monitoramento de sistemas agrícolas com o uso de dados gerados por constelação de satélites. O levantamento utilizou dados de dois ciclos completos do sistema Integração Lavoura-Pecuária (ILP), combinando soja no verão e azevém no inverno, com imagens do satélite Sentinel-2.

"Os resultados demonstraram a correlação entre o NDVI, a produtividade da soja e a distribuição de precipitação pluvial. Além disso, o estudo revelou consistência nos dados obtidos em passagens de satélite com intervalo de dois a três dias. Contudo, ainda persiste a necessidade de aprofundar os estudos para validar o uso do NDVI na tomada de decisões de manejo agrícola, como estimar a biomassa na fase de pastagem para determinar a taxa de lotação ideal", explicou o pesquisador Marcos Neves, da Embrapa Meio Ambiente.

A missão Sentinel-2, da Agência Espacial Europeia (ESA), com seus dois satélites idênticos em órbitas defasadas de 180° (constelação mínima), combina alta resolução espacial (10 metros) e revisita frequente — 5 dias no equador e de dois a três dias em latitudes médias, nas áreas onde ocorre sobreposição de órbitas vizinhas. Durante o estudo, foram analisadas 72 imagens livres de nuvens, de um total de 288 passagens, representando uma taxa de aproveitamento de 25%. As imagens foram obtidas da coleção EarthExplorer, disponível no site do Serviço Geológico dos EUA (USGS), tratadas automaticamente utilizando programação em linguagem Python integrada ao programa de geoprocessamento QGIS.

Os dados coletados abrangem 24 meses, gerando mapas NDVI para cada passagem. A média do NDVI foi utilizada como indicador de vigor da vegetação, enquanto o desvio-padrão apontou a variabilidade espacial. Esse monitoramento permitiu analisar o desenvolvimento da soja e do azevém em diferentes estágios fenológicos.

De acordo com Alfredo Luiz, também pesquisador na Embrapa Meio Ambiente, o estudo revelou que o NDVI é sensível às condições climáticas. No primeiro ciclo de soja, marcado por

baixa precipitação (160,1 mm em 90 dias após a semeadura), a curva do NDVI mostrou descontinuidade no crescimento. Já no segundo ciclo, com precipitação quatro vezes maior (649 mm), o NDVI atingiu picos mais altos e constantes. Esses resultados refletiram diretamente na produtividade da soja: 1,04 t/ha em 2018 e 2,81 t/ha em 2019.

Para o azevém, o NDVI apresentou um crescimento rápido após a colheita da soja, alcançando picos de 0,94 e 0,93 nos dois ciclos avaliados. A cultura mostrou desenvolvimento mais homogêneo do que a soja, com menores variações espaciais no NDVI. Essa estabilidade é atribuída à maior disponibilidade hídrica durante o período frio.

Desafios e perspectivas

"A frequente presença de nuvens ainda representa um obstáculo para o monitoramento contínuo por satélite, disse Neves. Entretanto, a alta frequência de revisita do Sentinel-2 e sua disponibilidade gratuita oferecem vantagens significativas", destacou.

O estudo também destacou a importância de taxas de revisita maiores para garantir dados cruciais em momentos decisivos do manejo agrícola.

O uso do NDVI como ferramenta de monitoramento foi validado como um recurso valioso para a agricultura de precisão. Os pesquisadores planejam aprofundar as análises, investigando a relação entre os mapas de produtividade da soja e os índices NDVI em diferentes estágios, além de explorar a aplicação do NDVI para estimativas de biomassa em sistemas ILP. A integração de novas tecnologias, aliada ao processamento eficiente de dados, promete avançar ainda mais o potencial do monitoramento orbital na gestão agrícola.

O trabalho completo a que esse texto se refere está relatado no capítulo 86 - Monitoramento em alta frequência do índice de vegetação de sistema integrado Lavoura-Pecuária, de autoria de Marcos Neves, Alfredo Luiz e Naylor Bastiani (Embrapa Pecuária Sul), que compõe o livro eletrônico Agricultura de precisão: um novo olhar na era digital, editado por Bassoi et al. e publicado pela Cubo Multimídia, 2024. Veja em <https://www.embrapa.br/en/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1169415/agricultura-de-precisao-um-novo-olhar-na-era-digital>

Projeto de lei no Senado pede separação da aquicultura da pesca



A regulamentação de maneira distinta das atividades de pesca e de aquicultura é o objetivo central do Projeto de Lei 4.470, de autoria do senador Marcos Rogério (PL RO), que foi protocolado no Senado Federal.

“A proposta foi motivada por erros conceituais na Lei nº 11.959/2009, de 2009, que trata a aquicultura como uma extensão da pesca, ignorando suas características distintas como uma atividade de produção animal controlada e manejável. Esse enquadramento inadequado gerou excesso de burocracia, perda de competitividade e eficiência, prejuízos ao crescimento econômico e à inovação tecnológica do setor”, assinala o senador, que atende pleito da Associação Brasileira da Piscicultura (Peixe BR).

“O aumento significativo da produção de aquicultura no Brasil nos últimos anos, que passou de 415 mil toneladas, em 2009, para 887 mil toneladas, em 2023, evidencia a necessidade de uma legislação moderna e específica, que reconheça a aquicultura como uma atividade distinta e tecnificada, semelhante a outras atividades agropecuárias - como a produção de bovinos, aves e suínos no país”, complementa Marcos Rogério.

Para Francisco Medeiros, presidente executivo da Peixe BR, o projeto de lei é extremamente importante para dar condições de crescimento ainda maior da produção de peixes de cultivo, como tilápia, tambaqui e uma grande diversidade de peixes nativos.

Entre os pontos positivos do projeto estão:

Redução da burocracia: Eliminação de registros e licenças desnecessárias que não se aplicam à aquicultura, permitindo maior foco na produção e na inovação

Melhoria no ambiente de negócios: Proporciona segurança jurídica e incentiva investimentos e adoção de novas tecnologias, com maior previsibilidade dos retornos financeiros

Competitividade e eficiência: Estabelece regulamentações específicas para a aquicultura, separando-a da pesca, permitindo que o setor opere com maior autonomia e eficiência

Sustentabilidade ambiental: Promove práticas específicas para gestão ambiental da aquicultura, diferentes das exigidas para a pesca

Desenvolvimento econômico e geração de empregos: Estimula o crescimento do setor, garantindo mais oportunidades de trabalho e maior competitividade no mercado nacional e internacional

“Nossa proposta é reflexo de demanda geral de todo o setor e todas as associações vinculadas à aquicultura brasileira, que viam este pleito de separação da pesca como uma pendência histórica. Já se somam 15 anos desde a primeira lei e o setor ainda está como um apêndice da pesca dentro de nosso arcabouço jurídico”, assinala o autor do projeto de lei.

Marcos Rogério ressalta que o PL facilitará a vida dos gestores públicos do Ministério da Pesca e Aquicultura e das

secretarias estaduais de pesca e aquicultura, ao separar o joio do trigo. “A maior clareza da lei facilitará o entendimento e a execução das políticas públicas de forma segmentada, como deve ser. Pois hoje um peixe proveniente da aquicultura possui processos e tecnologias de manejo e gestão muito mais similares aos frangos de granjas que dos peixes provenientes da pesca extrativa”.

O projeto de lei também trata de dois pontos defendidos pela Peixe BR: a não exigência do RGP (Registro Geral de Pescador) para a piscicultura e a licença da aquicultura, hoje obrigatórios.

“É importante reiterar que não há a necessidade da extensão do RGP – criado para monitorar as embarcações pesqueiras – para a aquicultura. Os aquicultores já enfrentam uma série de burocracias, como licenciamento ambiental, outorga de uso da água, necessidade de titulação da terra (regularização fundiária), Boletim de Produção, Guia de Trânsito Animal (GTA), Cadastro Técnico Federal (CTF) do Ibama, entre outros protocolos sanitários. Logo, a licença da aquicultura não possui utilidade alguma, por não agregar informações sobre a atividade. Apenas serve para travar o setor e criar insegurança jurídica no campo”, relata o senador Marcos Rogério.

“Estas demandas são prioritárias da Peixe BR desde o início de suas atividades, há 10 anos. Estamos proibidos de exportar peixes de cultivo para a União Europeia devido a uma decisão dos europeus relacionada aos barcos de pesca. Isso é injusto e o projeto de lei aborda três mudanças essenciais: a regulamentação distinta da pesca e da aquicultura, o fim da obrigatoriedade do RGP para o setor de peixes de cultivo e da licença da aquicultura”, resume Francisco Medeiros.

Governo de SP anuncia pacote de R\$ 340 mi para o agronegócio e premia municípios com melhores práticas no setor

Linha de crédito para irrigação, centro dedicado à citricultura e marca histórica no Cadastro Ambiental Rural (CAR) estão entre anúncios

Entre as iniciativas está linha de crédito destinada a projetos com foco na implementação de sistemas de irrigação, energia fotovoltaica e agricultura de precisão. Foto: Célio Messias/Governo de SP

O governador Tarcísio de Freitas autorizou, nesta quinta-feira (12), no Palácio dos Bandeirantes, um pacote de ações para o agronegócio paulista. Somados, os investimentos chegam a R\$ 340 milhões, distribuídos em iniciativas como linha de crédito para irrigação, fundo de investimento para modernizar a infraestrutura logística do setor e a criação de um centro de pesquisas dedicado à citricultura.

“Hoje é o dia de celebrar o agronegócio pujante, tecnificado, diversificado e que nos enche de orgulho. E a melhor maneira de homenagear o agronegócio é trabalhar por ele”, afirmou o governador. “Agora a gente aporta dinheiro com a Desenvolve SP (agência de fomento) e a iniciativa privada vem. Isso é mais um instrumento de financiamento, ou seja, a gente começa a utilizar o mercado de capitais para financiar o agronegócio e isso vai nos dando mais autoridade”, completou.

O evento, que também premiou as cidades com as melhores práticas do setor, contou com as presenças dos secretários estaduais Guilherme Piai (Agricultura e Abastecimento), Arthur Lima (Casa Civil) e Jorge Lima (Desenvolvimento Econômico); do presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado (Fapesp), Marco Antonio Zago; do presidente do Desenvolve SP, Ricardo Brito, e do presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), André do Prado, entre outras autoridades e parlamentares.

Em parceria com a agência Desenvolve SP, a Secretaria de Agricultura vai disponibilizar o Programa Irriga + SP, linha de crédito no valor de R\$ 200 milhões para aumentar a eficiência no uso de água e mitigar os efeitos da estiagem. Os recursos serão destinados a projetos com foco na implementação de sistemas de irrigação, energia fotovoltaica e agricultura de precisão. A iniciativa pretende garantir a produ-

ção de alimentos e o desenvolvimento regional em um cenário de eventos climáticos extremos.

Outro anúncio em destaque foi o primeiro aporte, de R\$ 50 milhões, para o Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), que será destinado para melhorar a infraestrutura logística do setor agrícola no território paulista. Ao todo, o fundo contará com aporte de meio bilhão de reais.

SP Agro: Anúncio de crédito Irriga + SP + Premiação do Ranking Município Agro

A cerimônia também contou com a entrega histórica do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de número 100 mil, um marco de São Paulo no âmbito da preservação ambiental. Com o sistema de validação mais avançado do país, São Paulo está na vanguarda da conservação territorial, preservando 25% do seu território, acima do que o Código Florestal Brasileiro exige. A regularização ambiental das propriedades garante diversos benefícios ao produtor, como acesso a crédito, a incentivos e programas oferecidos nas esferas estaduais e federal.

“Mesmo sendo simbólico, o CAR de número 100 mil é muito importante. O CAR é o raio-X ambiental da propriedade, é a valorização. Em parceria com a iniciativa privada, com as entidades do agro, com análise dinamizada, com inteligência artificial, São Paulo vai ser o primeiro estado a implementar o Código Florestal Brasileiro e isso vai agregar muito valor nos nossos produtos, na nossa exportação”, afirmou o secretário de Agricultura e Abastecimento, Guilherme Piai.

A citricultura, responsável por 8,2% das exportações paulistas e por 45 mil empregos no Estado, também recebeu investimento, de R\$ 90 milhões, para a construção do Centro de Pesquisa Aplicada em Inovação e Sustentabilidade, uma parceria entre Fundecitrus, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP). A principal linha de trabalho do CPA será promover a formação de novos grupos de pesquisa e a consolidação de outros já estabelecidos, visando o controle do greening, a principal ameaça aos pomares de citros em todo o mundo.



Premiação “Município Agro – Ranking Paulista”

Além dos anúncios de investimento, o Governo de São Paulo também realizou a premiação do programa “Município Agro – Ranking Paulista” para 117 municípios. A iniciativa estimula as prefeituras a fortalecer as gestões locais, melhorar a produtividade e a sustentabilidade do agro e gerar desenvolvimento sustentável às populações rurais.

A premiação neste ano disponibilizou repasse de R\$ 600 mil aos três vencedores, com o prêmio de R\$ 200 mil para cada. Os segundos colocados receberam um total de R\$ 450 mil, sendo R\$ 150 mil para cada, e os terceiros receberam um total de R\$ 300 mil, sendo R\$ 100 mil para cada município.

Grupo 1 – PIB de R\$ 3 bilhões a R\$ 90 bilhões

- 1º Lugar – Limeira
- 2º Lugar – Mogi Mirim
- 3º Lugar – Jundiaí

Grupo 2 – PIB R\$ 500 milhões a R\$ 3 bilhões

- 1º Lugar – Valparaíso
- 2º Lugar – Capão Bonito
- 3º Lugar – Garça

Grupo 3 – R\$ 30 milhões a 500 milhões

- 1º Lugar – São Bento do Sapucaí
- 2º Lugar – São João do Pau d’Alho
- 3º Lugar – Campos Novos Paulista

São Paulo consolida liderança nas exportações brasileiras do agronegócio em 2024



Açúcar, carne bovina, suco de laranja, café e produtos florestais se destacam com expressivo aumento de vendas para o exterior

São Paulo se consolida na liderança das exportações do agronegócio brasileiro, registrando superávit de US\$ 23,22 bilhões no acumulado de janeiro a novembro de 2024, o equivalente a R\$ 139,9 bilhões. O valor representa aumento de 10% em relação ao mesmo período de 2023, reforçando a importância do setor agropecuário para o desempenho econômico do estado e do país. A posição de maior exportador do Brasil era do estado do Mato Grosso no ano passado.

De acordo com os dados do levantamento realizado pelos pesquisadores da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, as exportações paulistas do agronegócio alcança-

ram US\$28,40 bilhões, crescimento de 10,3% em relação ao ano anterior. As importações setoriais também avançaram, totalizando US\$5,18 bilhões, alta de 11,4%.

“Esses resultados destacam a relevância estratégica do agronegócio paulista para a economia estadual e nacional, reforçando a posição do setor como um pilar do desenvolvimento sustentável e da geração de divisas para São Paulo e o Brasil, destaca o governador Tarcísio de Freitas.

São Paulo é responsável por 18,6% de participação nas exportações do agronegócio brasileiro, na liderança dos negócios. Mato Grosso aparece na segunda posição (16,7%), seguido pelo Paraná (11,1%) e Minas Gerais (10,4%).

“Mais uma vez, lideramos a balança comercial brasileira. Esse resultado de janeiro a novembro, em um ano de estiagem prolongada, demonstra a vocação agropecuária dos produtores rurais paulistas”, acrescenta Guilherme Piai, secretário de Estado de Agricultura e Abastecimento.

Principais produtos de exportação

Complexo sucroalcooleiro: 40,7% de participação no agro paulista, com US\$11,52 bilhões, açúcar representa 92,8% e o etanol 7,2%;

Carnes: 11,4% de participação, somando US\$3,24 bilhões, sendo a carne bovina responsável por 84,2%;

Produtos florestais: 10,2% de participação,

na ordem de US\$2,90 bilhões, com 54,7% em celulose e 37,5% de papel;

Grupo de sucos: 9,3% de participação, com US\$2,65 bilhões, dos quais 98% foram representados por suco de laranja;

Complexo soja: 7,8% de participação, registrando US\$2,22 bilhões, com a soja em grão correspondendo a 76,2%.

Estes cinco agregados representaram 79,4% das exportações setoriais paulistas, confirmando a diversidade e relevância das produções agropecuárias do estado.

Já o grupo do café, tradicional cultura do estado de São Paulo, aparece em sexto lugar, com vendas de US\$1,18 bilhão (72,1% referentes ao café verde e 23,6% de café solúvel).

Entre os grupos de produtos, no período analisado, destacaram-se aumentos nas exportações de café (+45,1%), sucos (+35,7%), complexo sucroalcooleiro (+19,2%), produtos florestais (+18,2%) e carnes (+14,5%). No entanto, o complexo soja apresentou queda significativa (-36,7%), refletindo as oscilações tanto nos preços quanto nos volumes exportados.

A participação das exportações do agronegócio paulista representou 43,7%, aumento de 4 pontos percentuais em relação a igual período de 2023. Nas importações setoriais, a participação foi de 7,4%, incremento de 0,4 pontos percentuais ante 2023.

Conab firma Acordo de Cooperação Técnica a fim de fortalecer atuação

Com objetivo de fortalecer as ações desenvolvidas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), foi assinado nesta terça-feira (17) um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a própria estatal. O Acordo prevê modernizar e ampliar os armazéns, fundamentais para a formação dos estoques públicos. A solenidade contou com a presença da ministra Esther Dweck, dos ministros Paulo Teixeira, Juscelino Filho e Alexandre Silveira, do presidente da Conab, Edegar Pretto, do diretor de Planejamento e Relações Institucionais do BNDES, Nelson Barbosa, entre outras autoridades.

“Assinamos um acordo para que nos orien-

te sobre esse novo momento da empresa pública, para torná-la ainda mais eficiente. Nós vamos continuar modernizando a Conab, tornando a empresa cada vez mais forte, para que as entregas para o povo brasileiro também aconteçam com mais eficiência e com mais rapidez”, destaca Pretto.

A ação faz parte das medidas adotadas pelo Governo Federal para consolidar a atuação das estatais, no âmbito do Programa de Governança e Modernização das Empresas Estatais – Inova. Além da Conab, foram firmados acordos entre o MGI e os seguintes ministérios e empresas:

Ministério de Minas e Energia (MME) - Empresa Brasileira de Participações em Energia (ENBPar), Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A (Nuclep);

Ministério das Comunicações (MCom) -

Telecomunicações Brasileiras S.A (Telebrás); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec);

Ministério da Defesa (MD) - Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL);

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (CeasaMinas).

A assinatura dos acordos é um passo significativo para a implementação das diretrizes do Decreto nº 12.303, de 9 de dezembro de 2024, que institui o Programa Inova, com o objetivo de modernizar e fortalecer a governança das empresas estatais e as participações acionárias da União.

*com informações do MGI

Novos leilões de contrato de opção de venda de arroz são marcados para próximo dia 20

Visando diversificar, estimular e ampliar a produção de arroz no país, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) dará continuidade aos leilões de contrato de opção de venda (COV) do grão. Na próxima sexta-feira (20), serão ofertados 16.241 contratos de 27 toneladas cada. O pregão será realizado a partir das 9h (horário de Brasília) por meio do Sistema de Comercialização Eletrônica da Conab (Siscoe).

“Nos últimos 15 anos, nós perdemos área de produção de arroz para outras culturas em função de problemas de preço, rentabilidade, produtividade e até mesmo de clima. Então temos que estimular a produção de determinados produtos e o governo tem diversas ferramentas para isso”, ressalta o diretor de Operações e Abastecimento da Conab, Arnaldo de Campos. “Uma delas é garantir preço no momento da comercialização, que é exatamente o que esses leilões da próxima sexta-feira vão fazer, através dos quais o produtor compra o direito de vender para o governo no ano que vem. Mas, se o mercado pagar mais, ele pode optar por vender para o mercado. É uma garantia, uma espécie de seguro, uma ferramenta super moderna”,

explica o diretor.

Ao todo, serão realizados seis leilões com objetivo de dar a opção de venda futura ao produtor do arroz para o Governo Federal. Os três primeiros serão destinados exclusivamente para a agricultura familiar, produtores rurais e cooperativas que possuem DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar). Os demais serão de ampla concorrência, ou seja, todos os produtores e cooperativas de arroz poderão participar, inclusive agricultores familiares.

Para participar dos leilões é necessário estar cadastrado no Sistema de Cadastro Nacional de Produtores Rurais e Demais Agentes (Sican) e cumprir as exigências dos avisos específicos, além de ser necessário estar associado a uma Bolsa de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros.

A oferta será para os estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins. Para os estados mineiros e paranaenses os contratos terão vencimento em 30 de julho de 2025. Já para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o ven-

cimento será em 30 de agosto do ano que vem. Para Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins, os contratos vencem em 30 de outubro de 2025. Os valores de venda também estão estabelecidos de acordo com os prazos de cada vencimento.

Até o momento, a Companhia já negociou 2.325 contratos. Para realizar as operações, o governo federal destinou à Conab cerca de R\$ 1 bilhão, para a aquisição de até 500 mil toneladas de arroz longo fino em casca, tipos 1 e 2 da safra 2024/25.

Serviço:

Leilões de Contrato de Opção de Venda Público (COV) de arroz

Data: sexta-feira, 20 de dezembro

